

■ PLENÁRIO DA CÂMARA

Haverá sessões no Plenário nos dias 9/5 e 11/5, mas sem matérias de interesse da incidência política.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento rural

Acontecerá Audiência Pública, no dia 10/5, solicitada pelo deputado Zé Trovão (PL-SC) para debater sobre a agricultura indígena, questões ambientais e a autonomia do indígena para produzir em sua terra, com os seguintes convidados: Sra. Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas; Sra. Marina Silva, Ministra do

Meio Ambiente e Mudança do Clima; Sra. Joenia Wapichana, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); Sr. Rodrigo Agostinho, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras; Representante do Ministério Público; e Arnaldo Zunizakae, Presidente da Coopihanama.

■ SENADO FEDERAL

A pauta do plenário do Senado ainda não foi disponibilizada.

Comissão de Meio Ambiente – CMA

Haverá Audiência Pública, no dia 10/5, para debater a Política Mineral no Brasil. A audiência foi requerida com objetivo de dar publicidade a relatório elaborado pelo Observatório da Mineração e Sinal de Fumaça, organizações da sociedade civil que tratam do tema. Foram convidados os seguintes representantes: Maurício Ângelo, Fundador e Diretor do Observatório da Mineração; Rebeca Lerer, Fundadora do Sinal de Fumaça e Representante do Instituto Socioambiental (ISA) e representante do Observatório do Clima.

Proposta de Emenda à Constituição, PEC n. 3/2022, TERRENOS DE MARINHA

O Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) foi designado, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ), para ser o relator da PEC n. 3/2022, do deputado Arnaldo Jordy (CIDADANIA/PA), que revoga o inc. VII do art. 20 da Constituição e o parágrafo 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.

Pacote do Veneno

Continua a pressão da bancada ruralista para pautar o Projeto de Lei n. 1.459/2022, conhecido como Pacote do Veneno, que é uma das propostas que tramitam no Congresso Nacional. O PL prevê alterações radicais na legislação de agrotóxicos, incluindo sua revogação total, e tem alto potencial danoso ao meio ambiente e à saúde da população em geral. No

dia 8/5 a Presidência do Senado despachou o Projeto de Lei para tramitar na Comissão de Meio Ambiente. Diante da pressão dos ruralistas, foi uma vitória das entidades que são contrárias ao PL.

Ministro da Agricultura apoia as pautas prioritárias da bancada ruralista

Segundo o ministro da Agricultura, “A questão dos pesticidas é de modernização de moléculas. É muito claro que ninguém aprovará algo que não tenha passado pelo crivo do IBAMA ou da ANVISA. Se queremos banir algo, tudo bem, mas que criemos alternativas para o produtor rural”. Sobre a demarcação de terras indígenas, o ministro da Agricultura enfatizou a necessidade de o país ter segurança jurídica sobre esta questão, até mesmo para a diminuição de conflitos rurais. “O marco temporal tem tudo a ver com a paz no campo. Nesse caso, é fundamental que haja um amplo acordo para que nenhum produtor rural seja penalizado, mas da mesma forma, os povos indígenas não sejam punidos.”

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, Câmara dos Deputados e CPI da ONGs, Senado Federal. Ambas estão aguardando a indicação dos seus membros.

A CPI do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é motivo de disputa entre políticos que estão juntos na oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No caso da CPI do MST, apesar de estarem no mesmo campo político, pelo menos três parlamentares disputam a presidência: Ricardo Salles (PL-SP), Kim Kataguirí (União Brasil-SP) e Tenente-Coronel Zucco (Republicanos-RS).

Lira quer votar marco temporal para esvaziar julgamento do STF

Enquanto acontecia o Acampamento Terra Livre, principal evento anual do movimento indígena, a bancada ruralista se mobilizou para avançar com o projeto que torna lei a tese do Marco Temporal, que, na prática, travava demarcações. A estratégia é se antecipar ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre esse mesmo tema. Durante a semana, a Frente Parlamentar da Agropecuária decidiu colocar o projeto como uma de suas prioridades, em consonância com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), simpático ao tema, para que fosse votada sua urgência. O movimento só não se concretizou por uma restrição do regimento, que não permite que uma nova proposta seja colocada como prioridade enquanto ao menos uma das duas com o mesmo status não for debatida no plenário. Mas, assim que for possível, o texto deve voltar a avançar.

Demarcação de terras indígenas acirra ânimos perto de decisão do STF sobre marco temporal

Os possíveis impactos da futura decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os critérios para a demarcação de terras indígenas foram alvo de intenso debate na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, no dia 4/5. No dia 7/5, a corte vai retomar o julgamento do chamado “marco temporal”, que só permite a demarcação de áreas que já estavam ocupadas por indígenas até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. O secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, defendeu a prevalência de outra tese: a do “direito originário” nas terras tradicionalmente ocupadas. “Nós estamos

trabalhando para destravar muitos outros procedimentos de terras indígenas que estão parados. A orientação do Ministério dos Povos Indígenas é fazer a promoção da política indigenista, fazer a proteção do território e cumprir a determinação constitucional de demarcar e proteger as terras indígenas”, disse.

Propostas

A deputada Caroline de Toni (PL-SC) apresentou proposta (PL n. 1.740/23) de submeter a votação, no Congresso Nacional, as homologações de terras indígenas feitas pelo presidente da República. O deputado Zé Trovão (PL-SC) também protocolou projeto de lei (PL n. 1.654/23) para exploração econômica dos recursos naturais em terras indígenas, com teor semelhante à proposta encaminhada no governo Bolsonaro (PL n. 191/20).

Primeiro Comando da Capital (PCC) teria ameaçado servidores públicos nas Terras Yanomami

O PCC teria ameaçado de morte funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), segundo apura a Polícia Federal (PF). As intimidações teriam acontecido na Terra Yanomami. Nas últimas semanas, nove corpos foram encontrados na região. A Polícia Federal suspeita que uma das vítimas seria da facção PCC. Assim, a hipótese é de que essa morte seria a motivação das ameaças aos servidores. Com o avanço do “narcogarimpo” no maior território indígena do país, houve um aumento de interesse também do crime organizado. Um relatório do Instituto Socioambiental (ISA) de 2019 apontou que os integrantes do PCC atuam como seguranças privados para a exploração irregular do ouro na Terra Yanoma-

mi, além de usar a região para transporte de drogas entre as fronteiras do Brasil. A situação encontrada na reserva indígena nos últimos meses provocou o governo Lula a temer pela segurança de uma missão das Nações Unidas que deve visitar a área no dia 7/5. Os representantes internacionais são especializados na apuração de genocídios.

População não indígena tem até 31 de maio para deixar Terra Indígena Alto Rio Guamá, no Pará

O governo federal deu início, no dia 3/5, ao processo de retirada de pessoas não indígenas que ocupam ilegalmente parte da Terra Indígena (T.I.) Alto Rio Guamá, no nordeste do Pará. O prazo para saída voluntária é até 31 de maio. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a medida cumpre sentença da Justiça Federal, favorável a pedidos de ação de reintegração de posse. A área da TI é de 280 mil hectares, abrangendo os municípios de Nova Esperança do Piriá, Paragominas e Santa Luzia do Pará, e fica distante cerca de 250 quilômetros da capital, Belém. Estima-se que no território vivem 2,5 mil indígenas das etnias Tembé, Timbira e Kaapor, distribuídos em 42 aldeias. A operação recebe nome técnico de desintrusão ou extrusão, a fim de garantir aos povos indígenas o pleno direito sobre o território, devolvendo a eles a integralidade das terras que lhes pertencem. A T.I. Alto Rio Guamá foi reconhecida como território indígena em 1945 e homologada em 1993. No entanto, segundo o MPF, não indígenas já indenizados ou que invadiram a área, após o processo de homologação, insistem em permanecer irregularmente no território, “muitos deles, praticando atividades ilegais, como exploração não autorizada de madeira para venda na região e cultivo de maconha”.

Ações fecham cerco contra Bolsonaro e caso em Haia caminha para ser aceito

As denúncias contra o ex-presidente Jair Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional por seu desmonte das políticas indigenistas e por suspeitas de crimes contra essas populações caminham para ser aceitas. Três fontes diferentes em Haia e no Brasil sinalizaram que existem sinais claros de que os processos contra o ex-presidente ganharam novo ritmo e que há uma forte tendência a uma admissibilidade dos casos.

A assessora especial para Prevenção do Genocídio das Nações Unidas

A assessora especial para Prevenção do Genocídio da Organização das Nações Unidas (ONU), Alice Wairimu Nderitu, iniciou, no dia 2/5, sua primeira visita oficial ao Brasil. Ao longo dos próximos dez dias, ela deve se reunir com representantes do governo, de organizações da sociedade civil e de comunidades indígenas, além de membros da comunidade internacional, “para entender melhor os recentes acontecimentos no país”, informou a Organização das Nações Unidas. “A visita terá foco especial na situação dos povos indígenas, afrodescendentes e grupos e comunidades vulneráveis”, completou a entidade, por meio de nota.